

INTERFACES DO AGROTURISMO COM O ENFOQUE DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2024.61.16031>

Submetido em: 29/5/2024

Aceito em: 16/7/2024

Thaise Costa Guzzatti¹
Daniele Lima Gelbcke²
Ademir Antônio Cazella³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a relação entre o agroturismo e a valorização de recursos territoriais específicos, na perspectiva do enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). Por meio de um estudo de caso realizado no município de Urubici, na região da serra catarinense, o trabalho evidenciou as contribuições da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia na construção de uma oferta heterogênea e combinada de produtos e serviços territoriais de qualidade, alinhada com o modelo de desenvolvimento territorial sustentável. Esse modelo não hegemônico de desenvolvimento enfrenta diversos entraves para ganhar maior relevância sociopolítica e econômica, em especial pelo crescimento econômico do turismo rural no território, que conta com a participação expressiva de empreendedores externos. O fortalecimento do projeto de desenvolvimento defendido pela Acolhida na Colônia depende de uma maior articulação de iniciativas territoriais que coexistem, mas cujas conexões são ainda frágeis.

Palavras-chave: agroturismo; cesta de bens e serviços territoriais; recursos específicos; governança; imagem.

AGROTOURISM INTERFACES WITH A FOCUS ON THE BASKET OF TERRITORIAL GOODS AND SERVICES

ABSTRACT

This article aims to analyze the relationship between agrotourism and the valuation of territorial resources, from the perspective of the theoretical methodological approach of the Basket of Territorial Goods and Services (CBST). Through a case study, carried out in the municipality of Urubici, in the the work evidenced the contributions of the Association of Agrotourism Acolhida na Colônia in the construction of a heterogeneous and combined offer of products and territorial services of quality, aligned with the model of sustainable territorial development. This non-hegemonic model of development faces several obstacles to gain greater sociopolitical and economic relevance, especially by the economic growth of rural tourism in the territory, which has the expressive participation of external entrepreneurs. The strengthening of the development project advocated by Acolhida na Colônia depends on a greater articulation of territorial initiatives that coexist, but whose articulations are still fragile.

Keywords: agrotourism; basket of territorial goods and services; specific resources; governance; image.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis/SC, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9463-727X>

² Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis/SC, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6176-6208>

³ Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis/SC, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-4457-4853>

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial do Turismo (OMT) fixou 2020 como o ano do Turismo para o Desenvolvimento Rural. Fez isso por reconhecer que tanto o turismo quanto as atividades agropecuárias são vitais para as comunidades rurais em todo o mundo. A definição do “Ano Internacional do Turismo Rural e Agroturismo”, ocorrida antes de iniciar a pandemia de Covid-19, é ainda mais significativa no atual contexto, pois a crise sanitária vivenciada levou a uma “explosão” sem precedente do turismo em áreas rurais. Tal cenário é especialmente importante para Santa Catarina, dada a relevância da agricultura familiar no Estado e o protagonismo dessa categoria socioprofissional na condução de experiências de agroturismo promovidas desde a década de 90 do século 20. Um levantamento realizado há quase 20 anos já indicava a existência de 1.174 empreendimentos de turismo no espaço rural catarinense, dos quais 551 unidades foram classificadas como agroturismo, modalidade gerenciada por agricultores (Toresan *et al.*, 2002).

Nos debates sobre desenvolvimento rural, a noção de multifuncionalidade do espaço rural, bastante discutida a partir do final dos anos 90 (Cazella; Roux, 1999; Carneiro; Maluf, 2003), já apontava para a necessidade de diversificação econômica dos territórios rurais, com vistas a potencializar a valorização dos seus recursos materiais e imateriais. Essa noção rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura familiar e ao espaço rural, os quais deixam de ser associados apenas ao setor agropecuário (Carneiro; Maluf, 2003; Abramovay, 2003).

É neste cenário que foi constituída, no final da década de 90, a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia. A experiência começou a ser introduzida em municípios localizados nas Encostas da Serra Geral, região sudeste de Santa Catarina. Em meados daquela década um conjunto de atores locais e de diversas organizações sociais se mobilizou para buscar alternativas para municípios eminentemente rurais (Schmidt; Turnes, 2003), que enfrentavam um forte êxodo rural. Os debates giraram em torno da análise de cenários, a partir da percepção de que algumas atividades produtivas que historicamente estavam sendo realizadas, em especial a fumicultura, a produção de carvão vegetal e o reflorestamento com espécies exóticas, contribuíram para o agravamento do contexto de crise, visto que provocaram, e ainda provocam, externalidades negativas do ponto de vista socioambiental e da saúde das famílias agricultoras.

Na busca de alternativas, a agroecologia foi ganhando destaque em municípios das Encostas da Serra Geral de forma rápida nos anos seguintes, principalmente com a fundação da Associação dos Agricultores Ecologistas das Encostas da Serra Geral (Agrego), em 1996. Para Schmidt e Turnes (2003), a noção de desenvolvimento que norteou a constituição da Agrego pode ser compreendida como um processo coletivo de criação, valorização e retenção de riquezas de um território, progressivamente controlado pelas organizações e atores sociais envolvidos na construção dessa novidade socioprodutiva. Na sequência, outras iniciativas surgiram de forma a complementar as novas estratégias territoriais, tais como a instituição, a partir de 1998, de diversas agroindústrias rurais de pequeno porte para processar parte dos alimentos produzidos, uma cooperativa de crédito solidário, uma cooperativa de profissionais de assessoria técnica, um centro de formação em agroecologia e um programa de agroturismo (Muller *et al.*, 2002; Cabral, 2004; Guzzatti, 2010, Lins, 2019).

A elaboração desse programa de agroturismo inspirou-se na experiência da associação *Accueil Paysan*, fundada em meados da década de 80 na França. Uma parceria entre o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro)⁴ e essa organização francesa permitiu a realização de intercâmbios técnicos, que culminaram na adaptação da experiência para a realidade das Encostas da Serra Geral e a formalização da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia. A entidade completou 25 anos de atividades em 2024, reagrupando cerca de 120 unidades agrícolas familiares em Santa Catarina, estando presente também no Estado de São Paulo (Guzzatti, 2019).

Alguns estudos sobre a Acolhida na Colônia, toponímia que será empregada doravante para se referir à Associação, indicam que essa organização tem contribuído para promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) em territórios onde atua (De Araujo; Gelbcke, 2008; Guzzatti, 2010; Lins, 2019; Turnes *et al* 2021). Neste artigo pretende-se aprofundar essa discussão, tendo como modelo de análise o enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (Pecqueur, 2001; Mollard, 2001). O objetivo do estudo consiste em verificar em que medida a Acolhida na Colônia contribui para o fortalecimento de uma oferta composta e combinada de produtos e serviços territoriais de qualidade. O conceito de território adotado incorpora as noções de proximidade geográfica e social de atores territoriais, que se mobilizam para resolver problemas compartilhados. Em outros termos, atores sociais de um “território dado”, cuja delimitação é político-administrativa, ao se articularem para solucionar problemas comuns, dão início a um processo social de construção de territórios (Pecqueur, 1996; Glon; Pecqueur, 2016). Assim, em um mesmo espaço geográfico podem coexistir diversos “territórios construídos”, mais ou menos articulados a depender de arranjos de governança que se estabelecem entre as diferentes iniciativas coletivas.

Para tanto, um estudo de caso foi realizado em Urubici, onde, a exemplo de outros municípios da serra catarinense, o crescimento do turismo no espaço rural é marcante e a Acolhida na Colônia representa o segmento do agroturismo. O recorte municipal da pesquisa de campo deve-se ao fato de a maior parte das famílias de agricultores associadas à Acolhida na Colônia na Serra Catarinense serem deste município. Isso não significa, no entanto, que o “território dado” do estudo se restrinja a essa modalidade, pois outros atores e visitantes fizeram parte da pesquisa empírica⁵. Assim, do ponto de vista metodológico, este artigo é resultado de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso (Gil, 1999). No que diz respeito aos procedimentos operacionais, foram utilizadas múltiplas estratégias e ferramentas: a) pesquisa bibliográfica e documental, a exemplo do Estatuto Social da Acolhida na Colônia, caderno de normas e relatórios de projetos técnicos; b) entrevistas semiestruturadas com as 16 famílias de agricultores associadas da Acolhida na Colônia do município de Urubici. Estas entrevistas priorizaram a participação das mulheres agricultoras, dado que se envolvem mais com as atividades

⁴ O Cepagro é uma Organização Não Governamental (ONG), com sede na Universidade Federal de Santa Catarina, criada no início dos anos 90 por iniciativa de profissionais do serviço público de extensão rural, professores universitários, lideranças sindicais e assessores técnicos de ONG do interior do Estado com atuação junto a agricultura familiar.

⁵ Os autores têm ciência das limitações deste estudo decorrentes do fato de as famílias de agricultores entrevistadas serem de um mesmo município e de uma única organização social. O ideal seria contemplar a diversidade de situações de turismo rural e de agroturismo existentes na serra catarinense, mas por limitações orçamentárias não foi possível ampliar o escopo da pesquisa de campo.

turísticas; c) entrevistas semiestruturadas com três atores locais públicos (secretária municipal de Turismo, extensionista social da Epagri, funcionária da Secretaria de Turismo) e seis privados (coordenador do Conselho Municipal do Turismo – Comtur, integrante do Grupo de Guias de Turismo da região, proprietária de Agência de Turismo em Urubici e três comerciantes locais) que atuam com o tema do turismo, além de seis visitantes.

Os resultados são apresentados em três tópicos, além desta introdução. O primeiro, mais teórico, busca apresentar as relações existentes entre o enfoque da cesta de bens e serviços territoriais com o agroturismo. O segundo aborda a promoção das atividades turísticas na serra catarinense, situando a organização regional do turismo, o município de Urubici e a Acolhida na Colônia. Na sequência discute-se a contribuição das famílias agricultoras associadas da Acolhida na Colônia no processo de composição de uma CBST na serra catarinense, a partir das três categorias de análise sugeridas por esse enfoque: i) a constituição de uma imagem específica, presente em diversos produtos e serviços do território, em especial com a incorporação de valores simbólicos; ii) a priorização de mercados locais e regionais de forma a favorecer o consumo *in situ*, com o propósito de promover o reconhecimento dos produtos e serviços da CBST pelos consumidores – turistas, moradores locais e de residências secundárias; iii) a contribuição das organizações envolvidas com o agroturismo na construção de um sistema de governança territorial.

RELAÇÕES ENTRE O ENFOQUE DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS E AGROTURISMO

A visão setorial do meio rural, alicerçada na produtividade agrícola e impulsionada por políticas macroeconômicas, além de promover a exclusão de significativa parcela de agricultores familiares, provoca externalidades negativas do ponto de vista ambiental, social e econômico, das quais o retrato mais significativo é o êxodo rural e a manutenção das desigualdades sociais no campo. Impulsionar o desenvolvimento de regiões rurais a partir de uma perspectiva sustentável, com inclusão socioeconômica e preservação ambiental, depende da capacidade de mobilização das próprias forças sociais interessadas no desenvolvimento dessas regiões (Abramovay, 1998). Trata-se de conceber o rural como portador de recursos, de vida e de oportunidades (Schmidt; Turnes, 2003), mas também com capacidades da parte de atores sociais e instituições em valorizar esses recursos, criando um ambiente colaborativo entre os diversos segmentos produtivos e entre campo e cidade (Abramovay, 1998). “A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um *valor* para as sociedades contemporâneas” (Abramovay, 2003, p. 51). Este valor passa por refutar o viés econômico setorial do rural e conceber a ruralidade a partir dos seus atributos territoriais calcados em uma forte correlação com a natureza, relações diversas e complexas com as cidades, além de relações de proximidade e de interconhecimento dos seus habitantes.

A partir dessa perspectiva, os pesquisadores franceses Pecqueur (2001) e Mollard (2001) formularam, no início dos anos 2000, o enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). Segundo Pecqueur (2001), a abordagem da CBST está associada a ações de atores sociais de um território, que colocam em prática uma estratégia de oferta de vários bens e serviços de forma combinada, ancorados a um espaço geográfico particular,

valorizando sua cultura, história, meio ambiente e paisagens. Não se trata da justaposição de vários bens privados, mas de uma combinação interativa entre eles com bens públicos e serviços de qualidade. Segundo Mollard (2001), a CBST busca contemplar todo o contexto e a imagem do território que se pretende valorizar de forma a gerar uma renda mais elevada e diversificada, denominada de Renda de Qualidade Territorial (RQT), a qual é superior à simples soma dos excedentes de cada produto. Um dos pontos centrais deste enfoque é a identificação de recursos territoriais a serem explorados, organizados ou revelados.

Os recursos territoriais são divididos em duas categorias: genéricos e específicos. Os primeiros são aqueles cujo valor ou potencial não dependem de fatores intrínsecos ao território, a exemplo do clima, solo e saber fazer, entre outros. Logo, são totalmente transferíveis e seu lugar de troca é o mercado. Já os segundos são próprios do território e, portanto, de difícil transferência, pois estão ancorados em características próprias do local (Pecqueur, 2005). Além da identificação dos recursos específicos, na abordagem da CBST, os atores implicados buscam criar estratégias para ativá-los, ou seja, para que sua especificidade ou tipicidade possa ser valorizada no mercado (Ternaux; Pecqueur, 2008). Tendo em vista tais características, o desafio que se coloca aos atores sociais passa por identificar esses recursos específicos e ativá-los, entendendo-os não só como realidades geográficas ou físicas, mas humanas, sociais, culturais e históricas (Carrière; Cazella, 2006).

O trabalho de Janin e Perron (2020) apresenta uma compilação de diversos procedimentos metodológicos para que atores territoriais possam identificar e ativar recursos específicos. Mais que isso, indicam como utilizá-los em projetos de desenvolvimento territorial sustentável. Para esses autores, a CBST se configura como uma abordagem-chave nesse processo, pois se baseia em atividades que desempenham o papel de operadoras. O turismo é uma dessas atividades, visto que “liga a procura às várias ofertas coordenadas do território (produtos agroalimentares da região, paisagem, clima, patrimônio, história, entre outras). Pode-se então falar de uma verdadeira oferta do sítio” (Janin; Perron, 2020, p. 11).

Na mesma direção, Requier-Desjardin (2010) reforça que o turismo pode se constituir numa estratégia de fortalecimento dos sistemas produtivos localizados ao mobilizar recursos específicos das zonas rurais. Esta atividade, nesse sentido, significa uma oportunidade de valorizar a produção e demais serviços locais, a exemplo de restaurantes, cafés, distintos canais de comercialização, museus, entre outros, que contribuam e fortaleçam as características de tipicidade. Para que isso ocorra, segundo o autor, três elementos devem ser observados: a) a construção e o domínio dos ativos específicos pela ação coletiva local; b) a construção de redes de atores locais implicados nessa ação coletiva e c) a repartição dos custos e dos benefícios entre os atores internos e externos do território.

Dessa forma, o turismo no espaço rural desencadeia uma relação estreita entre produtos turísticos e território, entendendo-se como produto turístico o conjunto de atrativos (recursos materiais e imateriais), equipamentos e serviços turísticos, acrescidos de facilidades (estradas, sinalização, entre outros), localizados em um ou mais municípios, ofertados de forma organizada (rota, circuitos, etc.) (Brasil, 2007). A construção de um produto turístico, assim como na abordagem da CBST, depende essencialmente do reconhecimento e valorização dos recursos específicos presentes no território por parte dos atores sociais.

De acordo com Dujardin (2008), os recursos participam da construção da imagem do território. Quando ocorre um investimento social relacionado à valorização de um recurso territorial, uma dinâmica de diferenciação do território confere uma imagem, que uma vez identificada pelo turista cria o destino turístico⁶. Os serviços turísticos (hospedagem, alimentação, atividades de lazer, etc.), por sua vez, permitem que os consumidores acessem os diferentes produtos da CBST.

Na economia do turismo a especificidade e a diferenciação dos destinos estão associadas e essa conjunção se reforça dado que o consumo se dá *in situ*. Um destino turístico necessita de recursos específicos e de atrações turísticas que forneçam símbolos e imagens que os apresentem para o público. Esses símbolos e imagens precisam ter a capacidade de atrair, satisfazer e, na medida do possível, fidelizar os turistas (Coelho, 2015).

Várias modalidades de turismo podem ser promovidas de forma concomitante nos espaços rurais, a exemplo do ecoturismo, turismo cultural, esportivo, de aventura, gastronômico, histórico, rural, agroturismo, entre outros. Mesmo utilizando-se do mesmo espaço geográfico como suporte, as distintas modalidades atraem públicos com interesse e necessidades diferentes que podem, ou não, se complementar. O estudo de Guzzatti (2003) recupera a trajetória de construção⁷ do conceito de agroturismo no Brasil, em que o mesmo foi definido como

(...) segmento de turismo desenvolvido no espaço rural, sendo proposto por agricultores familiares organizados, dispostos a compartilhar seu modo de vida, patrimônio cultural e natural, mantendo suas atividades econômicas, oferecendo produtos e serviços de qualidade, valorizando e respeitando o ambiente e a cultura local e proporcionando bem-estar aos envolvidos (p. 53).

O agroturismo representa, portanto, uma modalidade de turismo com potencial para contribuir no processo de reconhecimento e valorização de recursos específicos ligados às atividades agropecuárias, paisagens, cultura e tradições rurais. Os turistas são mobilizados por distintos atrativos, mas nessa modalidade as práticas agrícolas e a alimentação (saudável, produtos e pratos típicos) ganham relevância. Assim, o agroturismo permite movimentá-los, ou, mais especificamente, contribui para que tenham um valor de troca no mercado turístico, em especial quando são ofertados por meio de uma coordenação coletiva.

Durrande-Moreau, Courvoisier e Bocquet (2017) destacam que o agroturismo está em franca expansão em várias partes do mundo. O tema da alimentação, argumentam os autores, é uma das principais tendências sociológicas atuais, cujas evidências passam pela disseminação de experiências de circuitos curtos de comercialização de alimentos de diferentes formatos, a ascensão do turismo gastronômico, o reconhecimento da gastronomia como patrimônio mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a necessidade de reconexão das pessoas com a natureza, além da relação dos alimentos com a saúde.

⁶ O destino turístico pode ser compreendido como uma unidade territorial composta fundamentalmente por recursos ou atrativos turísticos, bem como instalações, serviços e uma rede de infraestrutura, cuja organização representa uma oferta planejada do turismo e seja reconhecida pelo mercado consumidor.

⁷ Reunião promovida por gestores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) do então Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) do Instituto Brasileiro de Turismo, em novembro de 2001, durante o VII Encontro Nacional do PNMT em Brasília.

A análise de Bergeron (2012) recorre ao uso do conceito de imagem como elemento fundamental da escolha de uma destinação de agroturismo por visitantes, a exemplo da paisagem, atividade produtiva, gastronomia e bem-estar. Os elementos afetivos e cognitivos únicos que compõem a imagem de um destino de agroturismo, ou seja, as atividades produtivas da agricultura familiar, a descoberta da gastronomia local, a transformação de produtos e os produtos regionais, bem como o bem-estar gerado pelo acolhimento intimista e caloroso presente nesse tipo de turismo podem ser mobilizados na instituição de estratégias com vistas a criar e manter uma imagem forte e positiva da destinação.

As atividades de agroturismo não estão imunes aos riscos de se inserir na lógica do turismo de massa. Para se contrapor à homogeneização de produtos e serviços, bem como de apropriações inadequadas de bens públicos do espaço rural (Zaoual, 2008; Guzzatti, 2010; 2019), a proposição do Turismo de Base Comunitária (TBC) tem ganhado expressão. Trata-se de priorizar o envolvimento da comunidade local no planejamento da atividade, mas também no acolhimento de visitantes de forma comprometida com o desenvolvimento socioambiental. Segundo Carrelas (2022, p. 23), o TBC pressupõe “a gestão da comunidade local, a salvaguarda de recursos naturais, a vivência intercultural, a valorização cultural, a ação coletiva em parceria com instituições, o fortalecimento da economia local e o empoderamento comunitário”. Considerando tais pressupostos o agroturismo, quando promovido de forma comunitária, está alinhado com os preceitos do desenvolvimento territorial sustentável e, em particular, com o enfoque teórico-metodológico das CBST, além de ser considerado uma estratégia de salvaguarda de bens naturais e culturais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A serra catarinense, o município de Urubici e a Associação Acolhida na Colônia

As políticas públicas para o setor do turismo no país evoluíram da perspectiva local, preconizada pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo (1994-2001), para a regionalização, prevista no Programa de Regionalização do Turismo (desde 2004). A partir de 2013, o governo federal realizou o mapeamento das regiões turísticas brasileiras. Para demarcar e compor uma região turística, foram considerados os seguintes requisitos: possuir oferta turística entre os municípios que a compõem; possuir características similares e/ou complementares e aspectos de identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica; e ser limítrofe e/ou distribuído de forma contígua (próximo, junto ou adjacente). O Estado de Santa Catarina estava organizado, no ano de 2019, em 13 regiões turísticas e 177 municípios cadastrados no Mapa do Turismo Brasileiro, contemplando 60% dos seus 295 municípios. Para integrar esse Mapa os municípios tiveram de atender, além dos pontos já mencionados, outros critérios e compromissos, a saber: participação na Instância de Governança Regional (IGR), possuir tanto um Conselho Municipal de Turismo quanto um órgão de turismo em atividade, além de possuir orçamento próprio destinado à atividade e, no mínimo, um empreendimento registrado no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Anjos; Andrade, 2021).

No Mapa do Turismo Brasileiro os municípios encontram-se categorizados numa escala que vai de “A” a “E”. Trata-se de uma ferramenta para identificação do desempenho da economia do turismo dos municípios, de modo a otimizar a distribuição de recursos públicos e orientar a

elaboração de políticas específicas para cada categoria de municípios (Anjos; Andrade, 2021). A categorização é feita a partir dos seguintes dados: a) estabelecimentos de hospedagem; b) empregos em estabelecimentos de hospedagem; c) quantidades estimadas de visitantes domésticos (nacionais) e de visitantes internacionais e d) arrecadação de impostos federais a partir dos meios de hospedagem.

A serra catarinense, região turística em que se situa o município de Urubici, foco do presente estudo, é composta por outros 17 municípios. Uma pesquisa que avaliou dados de 2018 considerou a serra catarinense como um Destino em Consolidação, com dois municípios na categoria B (Lages e Urubici) e um na categoria C (São Joaquim). O turismo está presente em parte significativa dos municípios da região, beneficiando não apenas o município polo econômico regional (Lages), mas o desenvolvimento econômico desconcentrado (Junior *et al.*, 2018; Anjos, Andrade; 2021).

O turismo é uma atividade relativamente recente na serra catarinense, pois foi iniciada na década de 80 em Lages, por meio dos hotéis-fazenda. Tendo o clima frio como principal atrativo, outros atributos regionais foram sendo incorporados, como as belezas naturais, os campos de altitude, as cachoeiras, a culinária e o modo de vida serrano, consolidando a imagem turística da região como destino turístico. Tal imagem impulsionou a instalação de equipamentos turísticos voltados ao turismo rural, agroturismo, ecoturismo, turismo de aventura e, mais recentemente, o enoturismo. Com isso, teve-se uma ampliação da oferta para as outras estações do ano, embora o inverno siga sendo o período mais importante.

Entre as organizações sociais presentes na região está a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, criada em 1999 no território vizinho das Encostas da Serra Geral. A estratégia de constituição dessa associação consistiu em dar visibilidade e fortalecer a agricultura familiar, gerar renda complementar à agricultura, criar oportunidade para mulheres e jovens e promover a produção agroecológica. A criação da Acolhida na Colônia na serra catarinense deu-se a partir de 2005, por meio de um projeto de expansão da sua área de abrangência, que obteve apoio inicial do Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura do Estado de Santa Catarina e, mais tarde, dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Turismo (MTUR). Atualmente 16 famílias de agricultores de Urubici compõem a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia da Serra Catarinense, junto a outras dos municípios de Alfredo Wagner, Bom Retiro e São Joaquim. É uma das associações regionais que compõem a Federação Catarinense das Associações de Agroturismo Acolhida na Colônia, uma organização que reúne 7 associações regionais e aproximadamente 120 unidades agrícolas familiares, com a intenção de realizar ações coordenadas e fortalecer o trabalho em rede.

Se, inicialmente, o estabelecimento de atividades turísticas no município deu-se em ritmo lento, envolvendo principalmente empreendedores locais, a exemplo dos associados da Acolhida na Colônia, a pandemia de Covid-19 promoveu uma nova dinâmica. Na fase inicial da pandemia os estabelecimentos comerciais e empreendimentos de turismo suspenderam suas atividades em razão dos decretos estaduais de isolamento social. Com a flexibilização das restrições, houve uma crescente procura por lugares que oferecessem um atendimento mais exclusivo e atividades ao ar livre, tornando o meio rural um espaço propício para atender tal demanda (Walkowski; Gelbcke; Assing, 2021).

A busca por destinos mais remotos favoreceu empreendimentos como o da Acolhida na Colônia no período da pandemia, mas atraiu também novos investidores, com maior capacidade de investimento financeiro. Em Urubici, dados da central de turismo de Santa Catarina mostraram que a arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços referentes às atividades turísticas cresceu 67% nos meses de abril, maio e junho de 2020, se comparado ao mesmo período do ano anterior. O número de empresas turísticas aumentou em 43% no ano de 2021, reduzindo a taxa de crescimento para 7% e 2%, respectivamente, em 2022 e 2023 (Almanach, 2024).

O processo de turistificação, que ocorre quando empreendimentos se instalam em determinados lugares, por meio da introdução de objetos e de ações em torno de serviços de recepção e lazer, e da promoção de uma organização espacial específica (Machado, 2016), se intensificou, aportando novos desafios aos atores locais. Entre os mais recorrentes estão a falta de mão de obra, especulação imobiliária, concorrência, mudança de padrão dos empreendimentos de hospedagem, problemas ambientais advindos de edificações em locais inapropriados, entre outros.

Segundo pesquisa realizada pela Fecomércio (2023), Urubici é o segundo município da serra catarinense que mais hospeda turistas no inverno (32,6%), um pouco menos que Lages (33,2%). Do público que circula pela região, 72,1% são provenientes do próprio Estado, têm idade média de 42,4 anos, viajam em família (48,6%) ou em casais (34,7%) e permanecem no local em média 3,3 dias. Com relação ao consumo de produtos locais, 84% dos entrevistados consumiram produtos locais, observando-se que os mais citados foram os vinhos de altitude (47,6%), queijo colonial (40,3%), pinhão *in natura* ou em preparações (25,7%), mel silvestre (22,5%), queijo artesanal serrano (20,4%), ficando a maçã e o mel de melato de bracinga com respectivamente 16,3% e 8% das menções. A maior parte destes produtos locais, reconhecidos e valorizados pelos turistas, foi identificada por De Paula (2019) como componente de uma possível CBST na serra catarinense, junto com o turismo rural, em processo de consolidação.

A indicação de uma dinâmica de construção de uma CBST da serra catarinense se dá pelas ações coletivas de atores territoriais associadas a produtos e serviços específicos, entre as quais destaca-se a obtenção de Indicações Geográficas (IGs) do vinho de altitude, da maçã fugi, do mel de melato de bracinga e do queijo artesanal serrano (Cazella *et al.*, 2019). A obtenção de uma IG, afirmam os autores, visa a valorizar produtos e serviços que apresentam algum tipo de especificidade ou originalidade por meio de um signo de qualidade. É importante destacar, no entanto, que várias IGs isoladas não induzem a construção de uma CBST, sendo necessário sua integração com outras ações coletivas que procurem valorizar produtos e serviços de qualidade do território (Prado *et al.*, 2022; Milano; Cazella, 2022). O reconhecimento desses produtos, por turistas, mas também por consumidores do território é um dos objetivos a serem perseguidos pelo enfoque das CBSTs, pois “envolver os usuários ou consumidores de produtos e serviços da ‘cesta’ é tão importante quanto construir um sistema de governança territorial compartilhada por atores públicos, privados e associativos” (Cazella *et al.*, 2019, p. 55).

Na serra catarinense o turismo no espaço rural demonstrou ser um potencial promotor da interligação dos produtos da CBST (Paula, 2019). Dado que o ponto central desse enfoque passa pela identificação de fatores a serem explorados, organizados ou revelados em um território, tendo os atores locais como protagonistas desse processo (Pecqueur, 2005), será apresentado a seguir a contribuição dos associados da Acolhida na Colônia de Urubici na construção social de

uma CBST na serra catarinense. Para tanto, adotou-se como referência os três princípios básicos propostos por Mollard (2001) e Pecqueur (2001): i) a constituição de uma imagem específica, caracterizando os produtos e serviços do território, ou seja, a incorporação do simbólico e do material; ii) a priorização de mercados locais e regionais em detrimento dos mercados distantes, para forçar o consumo *in situ*, de forma a promover o reconhecimento dos produtos e serviços da CBST pelos consumidores – turistas, moradores locais e de residência secundárias; iii) a construção de um sistema de governança territorial.

Contribuição do agroturismo na constituição da imagem do território

Os associados da Acolhida na Colônia são sujeitos que têm forte vínculo de identidade e pertencimento com o território onde vivem (87,5% dos entrevistados nasceram e sempre moraram no município). Conforme evidencia De Abreu (2015, p. 59), “por meio dos aspectos simbólicos, como a memória e a cultura, é possível apreender sobre a identidade imaterial do território, que também é expressa materialmente”. No agroturismo, os sentimentos de identidade e pertencimento ganham relevância, pois as vivências e saberes diferenciados ao serem compartilhados com os visitantes valorizam “atributos para além da sua qualidade intrínseca, como a paisagem, a identidade, a história e a cultura de um determinado lugar” (Dorigon, 2022, p. 122).

A imagem de um destino turístico possui, segundo Bergeron (2012), três dimensões. A primeira delas é a dimensão cognitiva, formada pelas percepções, crenças e conhecimentos que os indivíduos têm do conjunto de atributos de um determinado destino, classificando a oferta turística em quatro categorias de elementos cognitivos: atrativos naturais, históricos, culturais e artificiais, a exemplo de parques temáticos. A segunda dimensão é a afetiva, que se reporta à resposta emocional do turista com relação ao destino visitado. Por último está a dimensão psicológica, dificilmente mensurável, que se refere ao ambiente e ao romance.

Com relação à dimensão cognitiva, a serra catarinense apresenta vários atributos paisagísticos como os campos nativos, as matas de araucárias, a formação de cânions e serras que, aliados ao clima frio e à presença de atrativos históricos e culturais, constitui uma imagem específica do território, muito apreciada pelos turistas. O município de Urubici, em específico, fica num vale plano a 915 m de altitude, rodeado de montanhas. Nelas se espalham as belas atrações naturais, como o Morro da Igreja e a Pedra Furada, a 1.822 metros de altitude. Destaca-se ainda a Serra do Corvo Branco, a Cascata Véu da Noiva, a Cascata do Avencal e a Cascata Papuã, o Parque Sete Quedas, a Pedra da Águia, o Cânion do Espriado, inscrições rupestres, entre outros atrativos que fazem com que Urubici se destaque entre os demais municípios da serra catarinense.

A Acolhida na Colônia contribui com a construção dessa imagem diferenciada, valorizando os atributos rurais e agrícolas existentes nas unidades agrícolas familiares, um componente importante e indissociável da paisagem serrana. O diferencial paisagístico não se constitui como uma mercadoria em si, mas como meio de consumo de produtos e serviços, atraindo o interesse do turista a, por exemplo, se hospedar em um estabelecimento agropecuário. A valorização dos atributos rurais que compõem a paisagem do lugar é uma ação coordenada pela Acolhida na Colônia como forma de promover o agroturismo.

Temos como proposta valorizar o modo de vida no campo através do agroturismo ecológico. Seguindo essa proposta, nós, agricultores familiares de Santa Catarina, abrimos nossas casas para o convívio do nosso dia-a-dia. O objetivo é compartilhar com você nosso saber fazer, nossas histórias e cultura, nossas paisagens... oferecemos hospedagens simples e aconchegantes com direito a conversas na beira do fogão à lenha, a tradicional fartura de nossas mesas e passeios no campo (Acolhida na Colônia, 2024).

Os atributos rurais são mobilizados de forma orgânica na dinâmica de promoção do agroturismo, visto que fazem parte do lugar, da rotina e do estilo de vida dos envolvidos. Com o propósito de reforçar a imagem e os valores simbólicos referentes à vida no espaço rural, ações são realizadas dentro das unidades agrícolas familiares, tais como o ajardinamento, a organização dos ambientes internos e externos, o uso de móveis e decorações rústicas. Os meios de hospedagem caracterizam-se por ambientes simples, ofertados em antigas construções ou chalés. Hortas, pomares, criação animal, implementos agrícolas, entre outros, são elementos identitários da paisagem agrícola, relacionados ao trabalho e à vida no campo. Cachoeiras, matas, rios, biodiversidade são mobilizados por meio das trilhas, caminhadas, passeios a cavalo, atividades pedagógicas e gastronomia oferecidas aos visitantes.

No que diz respeito à dimensão afetiva da imagem do lugar, a Acolhida na Colônia destaca-se de outras iniciativas de turismo no espaço rural, tanto pela gastronomia como na forma de acolhimento familiar. A alimentação, produzida no fogão à lenha, remete ao clima frio da serra catarinense. A culinária caseira, com uso de ingredientes produzidos na unidade agrícola familiar ou adquiridos de vizinhos, valoriza os produtos locais. Os casos mais recorrentes são as roscas fritas de bijajica e de coalhada à base, respectivamente, de polvilho e polvilho azedo e sal, geleias, pão caseiro, bolos, cucas, frutas, salame, ricota, entrevero (prato de pinhão, legumes e carnes), paçoca de pinhão (triturado). As receitas típicas são passadas de uma geração a outra das famílias agricultoras, aspecto muito apreciado pelos visitantes.

Um dos fatores de atração de turistas para determinado território reside na oportunidade de degustar a gastronomia local e regional. Para Lopes (2013), os pratos típicos são resultado da história dos territórios e das populações que neles vivem, de um modo muito particular, das características edafoclimáticas, da agricultura, da pecuária e da pesca que são realizadas ao longo dos tempos. Na concepção da Acolhida da Colônia, a experiência gustativa está associada ao ambiente, que envolve a produção e o consumo dos alimentos. Sendo os anfitriões os próprios agricultores, a convivência com os visitantes é permeada pelo compartilhamento de saberes, histórias e memórias, resultantes das trajetórias familiares no território e sua relação com a produção agropecuária. Esta é uma dimensão afetiva da experiência no lugar.

Nesse sentido, a Rede Acolhida na Colônia realiza ações para dar destaque aos alimentos com identidade territorial. Entre elas, tem-se a elaboração de livros de receitas, em que o pinhão e a gila (cucurbitácea de gosto neutro, utilizado tanto para receitas doces como salgadas) se destacaram nas receitas típicas da serra catarinense, especificamente de Urubici (Imagem 1).

Imagem 1 – Páginas do livro de receita que destacam produtos específicos de Urubici



Fonte: Associação; Brasil, s/d.

Os associados são orientados a disponibilizar para os turistas os produtos específicos do território, como aqueles que possuem Indicação Geográfica, inserindo nos cardápios, disponibilizando nos pontos de vendas existentes no próprio estabelecimento ou indicando os locais onde possam ser adquiridos. Entre os produtos locais da serra catarinense, o pinhão, além de estar presente nas receitas culinárias, é mobilizado em atividades ofertadas aos visitantes, a exemplo da colheita e da sapecada, uma forma tradicional de preparar o pinhão relacionada à cultura do tropeirismo, evento que deu início aos primeiros povoados na região.

Esse conjunto de atributos mobilizados pela Acolhida na Colônia forma o que Belletti e Marescotti (2021) chamam de capital simbólico, um capital territorial importante que garante tanto a coerência da oferta em torno de uma percepção comum do território rural como a comunicação com o mercado. Para os autores, o capital simbólico é o conjunto de símbolos produzidos pela sociedade local, que devem ser compreendidos como representações dos capitais diversos (ambiental, cultural, social, econômico e humano), seja em termos de conceitualização interna, seja em termos de percepção externa. Nesse sentido, o capital simbólico converge com o enfoque das CBSTs, em especial no que se refere ao cenário em que os produtos e serviços de qualidade estão imersos.

É precisamente o caráter relacional dos produtos oferecidos que é decisivo: o valor de um bem depende da “qualidade” de todos os outros bens da Cesta e da “qualidade” do próprio território, portanto, de um conjunto de recursos territoriais que possuam uma origem coletiva e representam bens comuns a serem mantidos e reproduzidos coletivamente (basta pensar em uma paisagem ligada à disposições agrícolas tradicionais, tradições culturais e à reputação do território) (Belletti; Marescotti, 2021 p. 8).

O cuidado com a paisagem, os recursos naturais e a produção diversificada de alimentos agroecológicos promovidos pela Acolhida na Colônia vêm ao encontro do que preconiza a

CBST, uma vez que esta abordagem é “incompatível com espaços geográficos marcados pela degradação ambiental, onde se tenham erodido as virtualidades do cenário” (Cazella *et al.*, 2020, p. 197).

A priorização por mercados locais

Uma das contribuições do turismo no enfoque das CBSTs é o consumo de produtos e serviços *in situ*. Com relação aos serviços, destaca-se que o agroturismo aporta benefícios econômicos diretos aos agricultores, mediante os serviços de hospedagem, alimentação e atividades de lazer no estabelecimento agropecuário, mas também indiretos, que se dão por aquisições de produtos típicos em unidades agrícolas que não atuam diretamente com atividades turísticas. Essa realidade está presente no município de Urubici, onde o ambiente institucional relacionado às atividades turísticas tem se consolidado e o fluxo de visitantes é garantido praticamente durante todo o ano. A pesquisa empírica realizada neste município indica, nesse sentido, uma redução das atividades agropecuárias nas famílias de agricultores entrevistadas. Os motivos para essa redução, já identificadas em outros estudos sobre o tema (Cazella, 2002; Pimentel; Sampaio, 2023), são os mais variados: instabilidade da agricultura em virtude das oscilações climáticas; o envelhecimento dos integrantes das famílias; as inconstâncias dos mercados de produtos agropecuários e a falta de mão de obra para realizar, de forma concomitante, o agroturismo e a produção agrícola.

Três das 16 famílias associadas têm produção vegetal para fins comerciais, e 9 criam gado de corte e de leite com o mesmo objetivo. A opção pelo agroturismo como atividade principal não afeta, entretanto, a relação dos associados com a agricultura e com valores culturais que envolvem o “ser” agricultor, como a histórica relação com a terra e a produção agropecuária, práticas tradicionais, o saber-fazer e modo de ser. Outro elemento constatado é a manutenção da produção para o autoconsumo familiar em todas as unidades familiares associadas, mudando apenas a escala.

Além do consumo *in situ* por meio das refeições servidas aos turistas, os excedentes são comercializados nos estabelecimentos (produtos *in natura* e transformados). As famílias que produzem para o mercado mobilizam canais diretos de comercialização, como feiras e “cestas” que são entregues diretamente a consumidores do próprio município ou de municípios vizinhos. A aquisição de alimentos *in natura* e transformados entre as famílias associadas e famílias de agricultores vizinhos complementa a produção própria. Esta prática é permeada por relações tradicionais de proximidade e de confiança, mas também construídas pela ação associativa propiciada pela Acolhida na Colônia.

Nesse domínio, as famílias associadas prestigiam os produtos com identidade territorial, sobretudo o queijo artesanal serrano, os vinhos de altitude e o mel de melato de bracinga. Esses produtos são comercializados nos estabelecimentos, além de comporem refeições e pratos servidos aos turistas.

Para os associados, o uso e a venda destes produtos é uma forma de ativação de recursos específicos do território, que se soma à oferta de outros produtos, a maioria *in natura*, mas que podem ser transformados artesanalmente, como geleias, sucos, cucas, pães, bijajica, rosca de coalhada, produzidos na unidade agrícola familiar ou por vizinhos. Assim, além da aquisição e consumo de produtos de qualidade territorial *in loco*, o agroturismo contribui para o consumo

de outros produtos locais, promovendo o efeito cesta que, segundo Cazella *et al.* (2020), ocorre quando elementos da CBST são mobilizados por iniciativas territoriais coletivas, que se aproximam, mesmo que parcialmente, da formulação teórica original deste enfoque.

A construção de um sistema de governança territorial

A constituição de um sistema de governança territorial é condição para a instituição de uma ação coletiva, cujas estratégias se aproximam dos preceitos da CBST. Esse sistema de governança pressupõe o envolvimento de atores públicos, privados e associativos.

(...) o conceito de governança, no seu sentido geral, refere-se às redes auto-organizadas, envolvendo conjuntos de atores provenientes de organizações e instituições, tais como representantes do setor empresarial, da sociedade civil e agentes estatais, em processos de tomada de decisão, ou espaços de prestação de contas, relativamente horizontais, como um novo modelo de regulação coletiva e de fazer política (Dallabrida, 2020, p. 67).

A essa definição faz-se necessário integrar três elementos complementares de forma a melhor compreender a complexidade prática. O primeiro tem a ver com o fato de a governança extrapolar a esfera do governo, enquanto poder do Estado, e incluir a participação de organizações da sociedade civil e do mundo privado nas tomadas de decisão. Nesse sentido não se trata somente de criar políticas públicas com a participação de outros entes sociopolíticos, que não do Estado. O segundo elemento está associado à concepção de ações públicas formuladas e executadas com a coparticipação de agentes sociais diversos (Le Galés, 2014). O terceiro, por sua vez, refere-se à natureza conflitiva de sistemas de governança de ações públicas. Embora o propósito seja construir formas concertadas em torno de projetos de interesse de multiatores, segundo Torre (2016), os territórios são permeados por períodos de serenidade, mas também de turbulências e transformações. Atualmente, esse processo tende a se acelerar e os “territórios camaleões” passam por mudanças, às vezes violentas, que influenciam a sua forma de se projetar no futuro.

Nesse sentido, a Acolhida na Colônia atua como agente associativo em várias esferas e escalas geográficas. Embora a prioridade seja a atividade turística, em particular o agroturismo, os princípios que norteiam as ações acabam valorizando outros serviços ligados a produtos típicos e a atributos que constituem o cenário do território. Assim, além de impulsionar “outros empreendedores locais a investir no turismo rural” (Pimentel; Sampaio, 2023), a Acolhida na Colônia estabeleceu uma relação consolidada com agentes públicos. Na escala territorial destacam-se a Empresa de Pesquisa Agropecuária, Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e a prefeitura de Urubici. A Epagri, além de apoiar a estruturação da Acolhida na Colônia no município e região, assessora os agricultores e atua junto a prefeitura de Urubici no processo de instituição da política de apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar no município.

O Conselho Municipal de Turismo (Comtur), criado pela Lei nº 442/97 de 31 de dezembro de 1997, cujos objetivos consistem em orientar, formular e incrementar as políticas públicas de turismo, além de elaborar pareceres e aprovar projetos para o desenvolvimento sustentável da atividade turística no município, tem a Acolhida na Colônia como um dos 13 membros efetivos, participando das discussões com direito a voto nas deliberações.

A existência do Conselho de Turismo da Serra Catarinense (Conserra) “cumpre o papel de articular as diferentes iniciativas de turismo do território, além de promover a comercialização de produtos territoriais típicos e de qualidade, e a consequente geração de renda” (Cazella *et al.*, 2019, p. 67). O Conserra integra o subsistema de governança territorial do turismo rural, identificado pelos autores como o principal subsistema que promove a valorização dos produtos específicos da serra catarinense, ainda que de forma incipiente. No caso dessa organização, as demandas e o posicionamento de Urubici perante os temas abordados se dá pela representação da Secretaria Municipal de Turismo, que representa a visão do Comtur, conselho que a Acolhida na Colônia integra.

Outra instância de atuação da Acolhida na Colônia está associada ao acesso a políticas públicas. Em 2007, por exemplo, a associação foi responsável pela inclusão do município de Urubici, conjuntamente com Anitápolis, Rancho Queimado e Santa Rosa de Lima, na política – Destino Referência em Turismo Rural – empreendida pelo Ministério do Turismo. Essa política selecionou municípios para representar diferentes segmentos relevantes do turismo nacional, como pesca, praia, aventura, cinematográfico, cultural, aventura e intercâmbio. A iniciativa buscou a construção de um modelo referencial para servir de base para outros destinos com a mesma vocação turística (Brasil, 2010; Guzzatti, 2019).

Em consulta aos arquivos de projetos e convênios da Acolhida na Colônia, Guzzatti (2010) observou que no período de 2000 até 2010 a entidade estabeleceu parceria com diferentes organizações públicas e privadas, com o intuito de promover o agroturismo em sua área de atuação. Somente com entes governamentais foram encontrados dez convênios celebrados com parcerias com a Secretaria do Estado do Turismo de Santa Catarina, o Ministério do Turismo e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

As ações da Acolhida na Colônia extrapolam os limites do município e região, visto que ela atua de forma associativa com agricultores de outras regiões do Estado de Santa Catarina. O trabalho em rede proporciona benefícios aos associados, como o acesso a projetos, capacitações e linhas de financiamento. No que se refere a políticas públicas do governo estadual, o Programa SC Rural⁸ financiou a melhoria de infraestrutura de várias unidades agrícolas familiares associadas, nove delas localizadas em Urubici, com sinalizações de pontos turísticos e melhorias de estradas.

O trabalho em rede também promoveu o protagonismo da organização na discussão e proposição da Lei nº 16.971 /2016, que institui o “Tratamento favorecido e simplificado para o microprodutor primário do Estado de Santa Catarina”. Essa lei integra a política de apoio e desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar, do turismo rural e da pesca artesanal. Dessa forma, os agricultores familiares têm o agroturismo reconhecido como atividade produtiva no rol daquelas em que estão habilitados a desenvolver, resolvendo um entrave fiscal, considerado a principal barreira à entrada por muitos agricultores familiares que ambicionam atuar com atividades turísticas. Como um dos benefícios proporcionados pela legislação, teve-se a possibilidade de emitir nota de produtor rural para os serviços de alimentação, hospedagem e

⁸ O Programa SC Rural foi uma iniciativa do governo do Estado de Santa Catarina, com financiamento do Banco Mundial (Bird) e contrapartida com recursos orçamentários do Estado. O programa foi desenvolvido de 2010 até 2017, com objetivo de aumentar a competitividade das organizações dos agricultores familiares em Santa Catarina, por meio do fortalecimento e estruturação das suas cadeias produtivas (Sanssanoviez; Gazolla; Marini, 2019).

lazer ofertados nas unidades agrícolas familiares, resolvendo o problema da perda do direito à previdência social especial para agricultores familiares.

Conforme Milano e Cazella (2022), a partir das suas organizações coletivas, os agricultores familiares têm maior capacidade de promover coalizões políticas para negociar com outros atores territoriais, mas também externos. Nesse sentido, a Acolhida na Colônia demonstrou capacidade de construir coalizões com outros atores sociais, ao mesmo tempo que tem colaborado na estruturação de um subsistema de governança voltado ao turismo no território. Sobre esse tema, permanece o desafio desse subsistema avançar no sentido de integrar outras ações coletivas de valorização de recursos territoriais específicos, conforme preconiza o enfoque da CBST.

Embora tenha obtido êxito em diversas frentes nas quais tem atuado, a Acolhida na Colônia enfrenta novos desafios decorrentes da turistificação no território. A chegada de investidores de fora, mais capitalizados, tem imposto um novo padrão nas estruturas de hospedagem, alimentação e atividades de lazer. As relações de confiança, estabelecidas pela identidade cultural e proximidade relacional entre os indivíduos, são abaladas com a chegada desses atores externos, que pouco participam do sistema de governança do turismo, segundo informações do representante da Acolhida na Colônia no Comtur. Na visão deste entrevistado, o risco consiste na descaracterização ou perda de atributos importantes, que fazem de Urubici um destino turístico especial. Nesse sentido, a sustentabilidade socioambiental alicerçada nos atributos naturais, culturais, históricos e patrimoniais vai depender da correlação de forças entre os atores envolvidos. No estágio atual, as organizações da agricultura familiar tendem a perder influência política nos rumos a serem dados para as atividades turísticas diante do maior poder econômico de empresários externos que se instalam no território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou as contribuições da Acolhida na Colônia na construção de uma oferta heterogênea e combinada de produtos e serviços territoriais de qualidade, por meio de ações cooperadas, compartilhadas com multiatores territoriais. Em outras palavras, procurou-se refletir se as ações dessa organização, que atua na promoção do agroturismo, auxiliam a operacionalizar uma dinâmica de desenvolvimento territorial sustentável segundo os preceitos do enfoque da CBST. A pesquisa empírica realizada na serra catarinense, tendo o município de Urubici como referência, apresenta diversas evidências que permitem afirmar que suas ações corroboram na constituição dessa oferta combinada, como a valorização da imagem do território, a ativação de circuitos curtos de comercialização e a construção de coalizões com atores territoriais e externos.

Isso não significa afirmar que o território analisado se encontra em estágio avançado ou representa um modelo de adoção do referido enfoque. Ao contrário, o protagonismo que as atividades turísticas têm assumido nesse território induz, de certa forma, que alguns componentes da Cesta ganhem expressividade e sejam identificados a campo. O tipo ideal de uma CBST, no entanto, encontra-se longe de orientar as ações dos distintos atores sociais que atuam no território. Além da convivência, não sem conflitos, de distintos modelos produtivos, os que se aproximam dos preceitos desse enfoque têm interações frágeis ou inexistentes.

A forma de atuação da Acolhida da Colônia está alinhada à ideia de uma oferta compósita de produtos e serviços territoriais de qualidade e serve de inspiração para um modelo ideal de desenvolvimento territorial sustentável. Esse modelo não hegemônico de desenvolvimento enfrenta diversos entraves para ganhar maior relevância sociopolítica e econômica, em especial pelo crescimento econômico do turismo rural no território, que conta com a participação expressiva de empreendedores externos. O fortalecimento do projeto de desenvolvimento defendido pela Acolhida na Colônia depende de uma maior articulação de iniciativas territoriais que coexistem, mas cujas articulações são frágeis.

Outros aspectos merecem ser mais bem analisados por novos estudos. Um deles reside na maior ou menor abertura no interior da organização no sentido de rever alguns dos seus princípios originais, de forma a ampliar sua base social. Muitos novos empreendedores que investem na atividade turística não têm o estatuto social de agricultores, mas podem se interessar por promover valores e práticas que compõem os ideais da Acolhida na Colônia. Além disso, para alguns agricultores associados, as atividades turísticas representam, na atualidade, a principal fonte de renda e, para tanto, demandam o principal da mão de obra familiar disponível. A tendência natural dessas famílias consiste em reduzir as atividades agropecuárias. Em que medida esse tipo de conduta, embora altere o ideário que serviu de referência para a criação da Acolhida na Colônia, fortalece o modelo de desenvolvimento territorial sustentável? Trata-se de um tema a ser debatido pelos assessores e integrantes da Associação e analisado em novos estudos.

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste artigo tem por base as contribuições dos seguintes projetos de pesquisa: 1) Desenvolvimento territorial sustentável: interfaces entre a Cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais, apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), Chamada Pública Fapesc nº 12/2020, Programa de Pesquisa Universal; 2) Inovação e transição sustentável: Cesta de bens e serviços em territórios amazônicos, Edital de chamada pública Confap nº 003/2022, Programa de apoio a projetos de pesquisa Iniciativa Amazônia +10, que também conta com o financiamento da Fapesc (Termo de Outorga No 2022TR002173); 3) Desenvolvimento territorial sustentável: a Cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais, Edital de bolsa de produtividade em pesquisa CNPq – PQ 2022; 4) Programa de Educação Tutorial do Ministério da Educação (MEC), Pet Educampo UFSC.

REFERÊNCIAS

- AAAC. Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia. *Culinária colonial de Santa Catarina*, v. I e II. Brasília, DF: Ministério do Turismo, s/d.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. In: *Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, v. 28, n. 1, jan./dez. 1998.
- ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editor da UFRGS, 2003. p. 17-56.
- ACOLHIDA NA COLÔNIA. *Sobre nós*. Disponível em: <https://acolhida.com.br/sobre/>. Acesso em: 5 maio 2024.

ALMANACH. *Sistema de inteligência turística de Santa Catarina*. Disponível em: <https://www.setur.sc.gov.br/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ANJOS, F. A.; ANDRADE, I. C. I. F. As regiões turísticas de Santa Catarina: análise do desenvolvimento turístico regional a partir da categorização do mapa do turismo brasileiro-2019 (MTUR). *Turismo: Visão e Ação*, v. 23, n. 2, p. 435-457, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14210/rtva.v23n2.p435-457>

BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A. O papel das redes para o desenvolvimento do turismo rural e da valorização dos produtos de origem. *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 26, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v26i0.17257>

BERGERON, S. Perception de l'image d'un produit agrotouristique, les facteurs qui l'influencent et ses conséquences. Montréal: Université du Québec, 2012. Disponível em: <https://archipel.uqam.ca/4863/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Programa de Regionalização do Turismo – roteiros do Brasil: Módulo Operacional 8 – Promoção e Apoio à Comercialização*. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007. p. 65. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/introducao_a_regionalizacao_do_turismo.pdf. Acesso em: 2 out. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Destinos referência em segmentos turísticos*. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/destinos-referencia-em-segmentos-turisticos/destino-referencia-em-segmentos-turisticos.pdf>. Acesso em: 18 maio 2024.

CABRAL, L. Espaço e ruralidade num contexto de desenvolvimento voltado à agricultura familiar. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2004.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Roberto S. Introdução. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Roberto S. (org.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 17-27.

CARRELAS, D. de C. *Atrativos turísticos e turismo de base comunitária a partir do lugar: estudo de caso de Florianópolis (Brasil)*. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade do Minho, Portugal, 2022.

CARRIÈRE, J.-P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. *Eisforia*, v. 4, p. 23-47, 2006.

CAZELLA, A. A.; ROUX, B. Agribusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 13, out. 1999.

CAZELLA, A. A. La diversité socioéconomique des exploitations agricoles: un chantier de développement local. In: *Développement local et agriculture familiale: les enjeux territoriaux dans le département de l'Aude*. Thiverval-Grignon: Inra, 2002. p. 282-339. (Mémoires et Thèses, n° 36).

CAZELLA, A. A. et al. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. *Redes*, v. 24, n. 3, p. 49-74, 2019. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.14118>

CAZELLA, A. A. et al. O enfoque das cestas de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 3, p. 193-206, 2020. Disponível em: <https://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/5881/985>. Acesso em: 3 mar. 2024.

COELHO, M. de F. O que atrai o turista? Gestão da competitividade de destinos a partir de atrações e da atratividade turística. *Revista Rosa dos Ventos*, v. 7, n. 4, p. 489-505, 2015. Disponível em: <https://each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/ref.php?id=1166>. Acesso em: 10 dez. 2023.

DALLABRIDA, V. R. Território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 2, p. 63-78, 2020. Disponível em: <https://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/5395>. Acesso em: 15 mar. 2024.

DE ABREU, M. M. *Territorialidade e pertencimento: o olhar local sobre o Parque Estadual do Pico do Itambé, Serra do Espinhaço – MG*. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2015.

DE ARAÚJO, G. P. de; GELBCKE, D. L. Turismo comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. *Turismo: Visão e Ação*, v. 10, n. 3, p. 358-377, 2008. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/770>. Acesso em: 15 mar. 2024.

DE PAULA, L. G. N. *Cesta de bens e serviços territoriais: uma possível estratégia de desenvolvimento territorial para a Serra Catarinense?* 2019. 116 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2019.

- DORIGON, Clóvis. A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento e as interfaces com o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. 1, p. 114-133, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.782>
- DUJARDIN, S. Tourisme et la valorisation des ressources territoriales en milieu rural: Analyse de l'offre touristique de la commune de Durbuy. *Bulletin de la Société Géographique de Liège*, 50, 2008.
- DURRANDE-MOREAU, Agnès; COURVOISIER, François H.; BOCQUET, Anne Marie. Le nouvel agriturismo intégré, une tendance du tourisme durable. *Teoros. Revue de recherche en tourisme*, v. 36, n. 36, 1, 2017.
- FLORES, Murilo. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte. *InterCambios*, n. 64, 2006. Disponível em: https://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Developolvimento.pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.
- FECOMÉRCIO SC. Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de SC. *Pesquisa Fecomércio SC de Turismo – temporada de inverno na serra catarinense*. 2023. Disponível em: https://www.fecomercio-sc.com.br/wp-content/uploads/2023/09/Relatorio_Inverno_2023.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.
- GELBCKE, D. L. *Agroturismo e produção do espaço nas Encostas da Serra Geral: entre a ideia e a prática*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2006.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GLON, É.; PECQUEUR, B. Proximités, ressources et territoires créatifs. In: GLON, É.; PECQUEUR, B. (éd.). *Au cœur des territoires créatifs: proximités et ressources territoriales*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2016. p. 11-30.
- GUZZATTI, T. C. *O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural: sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de agroturismo nas encostas da serra geral catarinense*. 2003. 168 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2003.
- GUZZATTI, T. C. *O agroturismo como elemento dinamizador na construção de territórios rurais*. 2010. 281 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2010.
- GUZZATTI, T. C. *Acolhida na colônia: um espaço de vida e encontros*. Criciúma/SC: Unesc, 2019. 231 p.
- JANIN, C.; PERRON, L. *Valorizar os recursos territoriais: chaves para a ação – guia metodológico*. Florianópolis, SC: Epagri, 2020. 147 p.
- JUNIOR, Marcos Arnhold *et al.* A categorização nas regiões turísticas de Santa Catarina. *Applied Tourism*, v. 3, n. 2, p. 274-295, 2018.
- LE GALÈS, P. Gouvernance. In: BOUSSAGUET, L.; JACQUOT, S. RAVINET, P. (dir.). *Dictionnaire des politiques publiques*. 4. ed. Paris: Presses de Sciences Po, 2014.
- LINS, H. N. Inovações sociais e desenvolvimento sustentável: sinergismo entre agroecologia e agroturismo no Brasil Meridional. *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica*, v. 30, n. 1, p. 58-80, 2019. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/Revibec/article/view/361036>. Acesso em: 12 abr. 2024.
- LOPES, R. Apresentação. In: MINHA TERRA – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local. *Receitas e sabores dos territórios rurais*. Lisboa: Europress, 2013. 270 p.
- MACHADO, H. C. *A territorialização turística no município de Urubici – SC*. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2016.
- MILANO, M. Z.; CAZELLA, A. A. Da governança da indicação geográfica à governança da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. *Raízes*, João Pessoa, PB: UFPB, v. 42, p. 74-92, 2022.
- MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. *Économie Rurale*, v. 263, n. 261, p. 16-34, 2001.
- MÜLLER, J. M.; MUSSOI, E. M.; LOVATO, P. E. Agricultura familiar: nas veredas da transição. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM SISTEMAS AGROPECUÁRIOS (IESA), 5; ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO (SBSP), 5., 2002, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: Epagri, 2002. p. 1-22.
- PAULA, L. G. N. *Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma possível estratégia de desenvolvimento territorial para a Serra Catarinense?*. 2019. 117 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2019.
- PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. *Économie rurale*, n. 261, p. 37-49, 2001.

- PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. *Raízes*, Campina Grande, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 2005.
- PECQUEUR, B. Sur la composante territoriale des processus d'apprentissage cognitif collectif. In: PECQUEUR, B. (éd.). *Dynamiques territoriales et mutations économiques*. Paris: l'Harmattan, 1996. p. 209-226.
- PIMENTEL, R.; SAMPAIO, C. A. C. Contribuições para a sistematização de experiências ecossocioeconômicas: um estudo sobre a Acolhida na Colônia Urubici. In: ENCONTRO NACIONAL ANPPAS, 11., 2023, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba, PR, jun. 2023.
- PRADO, F. H. et al. O processo social de construção de Indicação Geográfica: desenvolvimento territorial sustentável no Planalto Norte Catarinense. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba: UFPR, v. 59, p. 110-133, 2022.
- REQUIER-DESJARDINS, D. Le tourisme rural peut-il contribuer au développement local durable dans les pays du Sud. In: FROGER, G. (org.). *Tourisme durable dans le sud? Ecolopolis*, n. 11, p. 87-110, 2010.
- SANSSANOVIEZ, Andressa; GAZOLLA, Marcio; MARINI, Marcos Junior. Uma análise do programa "SC RURAL" e das políticas públicas locais: o caso da feira da agricultura familiar do município de Xaxim/SC. *DRd – Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 9, p. 434-453, 2019.
- SCHMIDT, Wilson; TURNES, Valério A. Desenvolvimento local em espaços rurais: a construção de um "território" nas encostas da Serra Geral, em Santa Catarina. In: PAULILO, M. I.; SCHMIDT, W. (org.). *Agricultura e ruralidade em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC. 2003. p. 287-308.
- TERNAUX, Patrick; PECQUEUR, Bernard. Ressources territoriales, structures sociales et comportements des acteurs. *Canadian Journal of Regional Science*, v. 31, n. 2, 2008.
- TORESAN, L. et al. *Levantamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural de Santa Catarina: localização, categorização e descrição geral*. Florianópolis, SC: Instituto Cepa/SC, 2002. 58 p.
- TORRE, A. La proximité territoriale au coeur des dynamiques de développement des territoires. In: GLON, E.; PECQUEUR, B. (ed.) *Au cœur des territoires créatifs: proximités et ressources territoriales*. Rennes: Press Universitaires de Rennes, 2016. p. 35-48.
- TURNES, V.; SAMPAIO, C. A. C.; SAUTIER, D.; GUZZATTI, T. C. A importância de uma marca coletiva na construção de territórios: o caso da Associação Acolhida na Colônia/SC/Brasil. *Sociedade e Território*, v. 33, n. 3, p. 135-158, 2021.
- WALKOWSKI, M. C.; GELBCKE, D. L.; ASSING, L. A resiliência no turismo de base comunitária na Acolhida na Colônia – SC. In: PORTUGUEZ, A. P.; TRIGO, L. G. G. (org.). *Sustentabilidade e turismo em comunidades*. Ituiutaba, MG: Ed. Barlavento, 2021. p. 272.
- ZAQUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais transições? *Caderno Virtual de Turismo*, v. 8, n. 2, p. 1-14, 2008.

Autor correspondente

Thaise Costa Guzzatti

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n – Trindade. CEP 88040-900

Florianópolis/SC, Brasil

thaise.guzzatti@ufsc.br

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da licença Creative Commons.

